

PDT não aceita diálogo com PRN

João Domingos

BRASÍLIA — O ministro da Justiça de Fernando Collor, deputado Bernardo Cabral (sem partido-AM), vai ouvir um "não" do PDT quando convidar os partidos de oposição para o diálogo com o novo governo. Em compensação, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o PT aceitam o diálogo, embora anunciem que vão ficar na oposição. E a quase sempre oposicionista Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) mostra-se disposta a dar todo o apoio a Bernardo Cabral, ex-presidente da entidade.

"Diálogo com o governo Collor não temos de forma alguma. Somos oposição total", anunciou o líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa (RJ), que durante os trabalhos da Assembléia Constituinte auxiliou Bernardo Cabral a dar pareceres sobre as milhares de emendas ao projeto de Constituição. "Nós somos uma força política e não vamos nos negar a falar com uma autoridade institucional do governo, que é o ministro da Justiça", disse o líder do PT, deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP). Ele afirmou que, mesmo com o diálogo, o PT é oposição e mantém o plano inicial de fazer um governo paralelo ao de Collor. "Estamos avaliando gastos, local, trabalho espontâneo e trabalho profissional", contou Plínio.

A CUT, na definição de Francisco Domingos dos Santos, o "Chico Vigilante", da direção nacional, vai conversar até com o diabo para defender suas propostas. "Se o Bernardo Cabral chamar, vamos para a mesa de negociações. Temos propostas a apresentar e esperamos que ele as acate. Uma delas é a reforma agrária e outra é o fim da repressão aos movimentos grevistas. Esperamos que nesse governo a repressão chegue ao fim". "Chico Vigilante" disse aguardar ainda que o governo consiga realmente derrubar a inflação.

Contente — O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, está eufórico com a escolha de Bernardo Cabral para ministro da Justiça. "Ficamos muito satisfeitos com a indicação de Cabral. É um jurista reconhecido nacionalmente, ex-presidente da OAB que se portou com muita dignidade em defesa dos direitos humanos na fase mais difícil do regime militar. Achamos que ele saberá, na condição de ministro de um governo legitimado pelo povo, honrar o comportamento que sempre teve. Acreditamos que, por ter sido relator da Constituição, vai respeitar a nossa Carta em todo o seu teor", afirmou Ophir. O presidente da OAB disse que tem muita expectativa com relação ao governo Collor e espera que este não abuse da edição de medidas provisórias, como ocorreu no governo Sarney.

O senador José Richa (PR), do PSDB, pregou o diálogo com o ministro da Justiça de Collor. "Defendo o diálogo. Nada impede que depois de anunciar as medidas de estabilização econômica o partido venha a se reunir para avaliar o que fazer. Não devemos ter pudor em aplaudir as medidas certas. Ser oposição coerente é apoiar o que é certo e criticar o que há de errado", afirmou Richa. Decisão da Executiva Nacional do PSDB prega a expulsão do integrante do partido que entrar para o governo de Collor.